

# O espaço penal e o indivíduo-presos: dinâmicas do espaço habitado

## Suzann Cordeiro

*Suzann Cordeiro é professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas – Ufal, arquiteta e urbanista, especialista em tecnologia dos materiais, mestre em Arquitetura e Urbanismo, pela Ufal, Maceió-AL, doutora em Psicologia Cognitiva, UFPE, Recife-PE. Vice-coordenadora do Grupo de Estudos em Problemas Urbanos – Gepur, colaboradora do Departamento Penitenciário Nacional – Depen/MJ, colaboradora do Servicio Penitenciario Nacional de Ministério da Justicia da Argentina. Membro do International Corrections and Prisons Association Team.*

*Maceió - Alagoas - Brasil*

*✉ SC@suzanncordeiro.com; suzanncordeiro@gmail.com.*

### Resumo

*Este artigo trata resumidamente de pesquisa acadêmica realizada para obtenção do título de doutorado em psicologia cognitiva, que buscou conjugar conceitos da psicologia à análise da arquitetura prisional, trazendo elementos que permitam conhecer os fenômenos decorrentes da relação homem-espaço prisional. Desenvolvendo atividades, o homem espacializa suas intenções dando-lhes forma física e criando lugares significativos. Pretende-se demonstrar que as formas sociais, por meio das espacializações, relacionam-se com as formas físicas, criando lugares, que, por sua vez, influenciam as espacializações, pois as formas físicas expressas pela arquitetura e as formas sociais expressas pelos eventos interagem. Assim, cada componente arquitetônico desempenha papel singular em sua articulação com outros elementos e com a vida das pessoas para quem a arquitetura se oferece como linguagem e instrumento e, portanto, cada edificação revela-se como obra única no sentido das conexões realizadas entre os indivíduos que a habitam e o meio –condição para sua existência como arquitetura.*

### Palavras-chave

*Arquitetura prisional. Espaço prisional. Apropriação do lugar. Dinâmicas do espaço habitado.*

**N**a arquitetura penal, tema principal de nossas reflexões, observa-se, hoje de forma mais intensa, um deslocamento da ênfase na análise de aspectos técnicos do edifício, sejam estes estéticos, funcionais ou econômicos, para o estudo das relações entre o indivíduo e a intervenção arquitetônica, propiciando a elaboração de propostas arquiteturais centradas no usuário e nas suas relações sociais, bem como nas implicações ecológicas das interferências realizadas (ITTELSON, 1973; KOHLSDORE, 1996; COUTINHO, 1996).

A Psicologia, por sua vez, tem ampliado consideravelmente a própria concepção de sujeito, construindo-o de maneira a incluir suas relações com o mundo social e seus ambientes, assim redesenhando seu objeto de estudo, a exemplo do que têm proposto vertentes da psicologia cultural e do desenvolvimento, da psicologia social e da psicologia ambiental.

Apesar de uma linguagem funcionalista, aparentando inicialmente que indivíduo e instituição são duas coisas distintas, pode-se perceber como sujeitos e instituições se produzem mutuamente, numa completa implicação: as práticas institucionais produzem sujeitos como efeito dessas práticas, que, por sua vez, são tomados como alvos de manutenção delas ou se organizam como focos de resistência à ordem institucional, por meio do uso dos espaços e/ou componentes arquitetônicos que se configuram em elementos de negociação.

Assim, cada elemento arquitetônico desempenha papel singular em sua articulação com outros elementos e com a vida das pessoas para quem a arquitetura se oferece como linguagem e instrumento e, portanto, cada edificação revela-se como obra única no sentido das conexões realizadas entre os indivíduos que a habitam e o meio – condição para sua existência como arquitetura.

Enquanto produto cultural, o espaço é constituído a partir de práticas sociais concretas que indicam a possibilidade de um fazer compartilhado e significativo. De fato, o espaço construído é lugar do sujeito, feito por sujeitos, para sujeitos. As análises sobre as articulações de sentido acerca do espaço possibilitam, então, a compreensão de como este foi estruturado, como os indivíduos organizam sua sociedade e como a concepção dos espaços e usos que se fazem deste sofrem mudanças, tendo em vista que um “autor” o constrói para um “usuário” que recria o espaço a partir de seus próprios processos de produção de sentidos (CORDEIRO, 2009).

A análise sobre a arquitetura penal revela que a prisão não adveio de um planejamento espacial, mas sim do surgimento da necessidade de espaços para o cumprimento da pena, sendo aperfeiçoada com ideias e regras discutidas e incorporadas pelos Tratados e Convenções Internacionais, na legislação e nas resoluções,

mas sem reflexões espaciais que respaldassem o planejamento deste espaço para atender aos objetivos penais, ajustando-se de maneira cíclica (da necessidade emerge o espaço necessário, que provoca o surgimento de nova necessidade) ao objetivo da pena.

Ao elaborar o projeto arquitetônico de uma unidade penal, o arquiteto o faz espacializando o cenário para as práticas socioculturais que aí acontecerão. A utilização de um espaço adequado ao uso de acordo com as necessidades do usuário que irá ocupá-lo nem sempre é adotada como critério para elaboração do projeto, uma vez que o preso não apresenta suas demandas para definição do programa de necessidades, não sendo configurado como o cliente. A definição do programa de necessidades é imposta pelo Estado, empregando-se, portanto, a vingança social identificada no trabalho de Foucault (1987) e ratificada em diversos outros (GOFFMAN, 1961).

Assim, é preciso compreender como se dá a emergência de novas configurações espaço-temporais dentro do ambiente prisional e de que forma a arquitetura **pode funcionar** como mediadora do desenvolvimento do sujeito, enquanto em constante construção, a partir de sua adaptação ao ambiente, se apropriando e negociando os componentes arquitetônicos.

Nesse sentido, é importante não perder de vista o fato de o espaço que nos propomos a estudar ser, acima de tudo, o meio ambiente *trabalhado* para uso dos grupos humanos, sendo, portanto, o *espaço da vida*, ou ainda, como afirma Svensson (1992), citando Marx, o “*locus standi*”, que expressa o lugar em que se está, no qual se atua.

As observações a respeito das transformações de toda ordem ocorridas no espaço penal permitiu-nos ponderar sobre a possibilidade de considerá-las respostas ao espaço construído, entendendo-se a relação espaço-homem como dialógica, em que o uso dos espaços se re-organiza dinamicamente. Isto não significa dizer que, sempre que o usuário refaz o espaço, o arquiteto falhou, mas sim que existe um sistema que se coaduna com o espaço arquitetônico, num movimento de retroalimentação, tornando-se necessário conhecer as práticas emergentes neste espaço, para compreender melhor a lógica que o constitui.

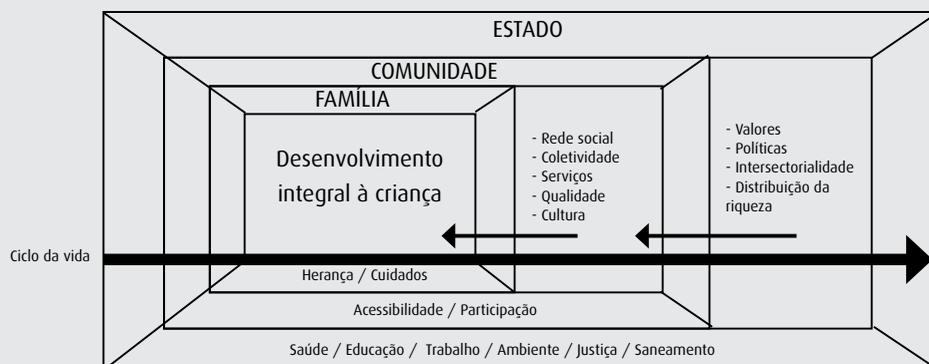
### O sistema e seus limites

Tendo em vista que é recorrente a utilização da palavra ‘sistema’ para se referir a todo o espaço aqui investigado, assim como as relações sociais, entre outros aspectos, entendemos ser relevante refletir sobre seu significado. Segundo Silva (2007, p. 186), “sistema designa as práticas culturais de um contexto, num sentido abrangente, como se tudo o que ali está, constitui o sistema, incluindo-se também o espaço construído”.

Como proposta de totalidade, o sistema pode ser visto de duas maneiras: a partir do todo; e em partes, embora acreditemos que qualquer uma das visões é parcial, permitindo uma apreensão de sistema que parece atrofiada.

Estas reflexões se coadunam com a *teoria ecológica do desenvolvimento* (BRONFENBRENNER, 1979; 1996), que propõe o sujeito em desenvolvimento inserido em diversos contextos. Esses contextos são muito mais do

Figura 1  
Teoria ecológica do desenvolvimento



Fonte: Bredariol (2006, p.19).

que simples ambientes (no sentido do espaço imediato que circunda o indivíduo) e, devido à sua complexidade e abrangência, são chamados *sistemas*, multidimensionados e organizados em diferentes níveis. Essa teoria define um modelo ecológico em que é possível compreender a relação entre homem e meio ambiente e o conseqüente desenvolvimento desta. O sujeito é colocado no centro, de forma dinâmica, enquanto, em seu entorno, vão se criando níveis diferenciados de interações ou transições.

Spirn (1995), por outro lado, enfatiza a importância de os edifícios serem entendidos não só como sistemas em si mesmos, mas também como uma pequena peça do “ecossistema metropolitano global”, em que os edifícios seriam considerados microecossistemas.

Cada edifício é, assim, parte integrante de um todo de modo que pode ser catalisador da qualidade do ecossistema e do seu entorno.

Até as *Instituições Totais* (GOFFMAN, 1961), em particular os edifícios penais, isoladas por componentes arquitetônicos delimitadores/segregadores, como os muros, por exemplo, são também constituintes desse ecossistema maior, pois parecem estabelecer trocas com o entorno próximo e com o restante do ecossistema, como, por exemplo, quando “ocultam” as práticas de aplicação da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984) em estabelecimentos penais dos olhares dos indivíduos extramuros.

Traçando um recorte na perspectiva ecológica, consideramos que o sujeito está inserido em diversos contextos e, por conseguinte, espaços, os quais constituem muito mais do que simples ambientes (no sentido do espaço imediato que circunda o indivíduo) e, devido à sua complexidade e abrangência, são considerados delimitadores físicos dos chamados sistemas, multidimensionados e organizados em diferentes níveis.

Tentando articular a teoria ecológica do desenvolvimento, em que Bronfenbrenner (1996) concebe o ambiente ecológico como um conjunto de estruturas concêntricas, onde uma está contida na outra, com a discussão sobre o ecossistema urbano de Spirn, arriscamos uma classificação em que o **microecossistema** seria aquele mais próximo à pessoa, constituído pelos ambientes que com ela interagem mais imediatamente, estabelecendo-se um vínculo primário, como a casa, por exemplo. O **mesoecossistema** pode ser considerado o tecido que interconecta os microecossistemas, enquanto que o **exoecossistema** constituir-se-ia dos ambientes que não estão em contato direto com a pessoa em desenvolvimento, mas que a influenciam indiretamente.

O **macroecossistema**, mais amplo, seria o cenário do contexto cultural em que a pessoa se insere – os valores, costumes e estruturas

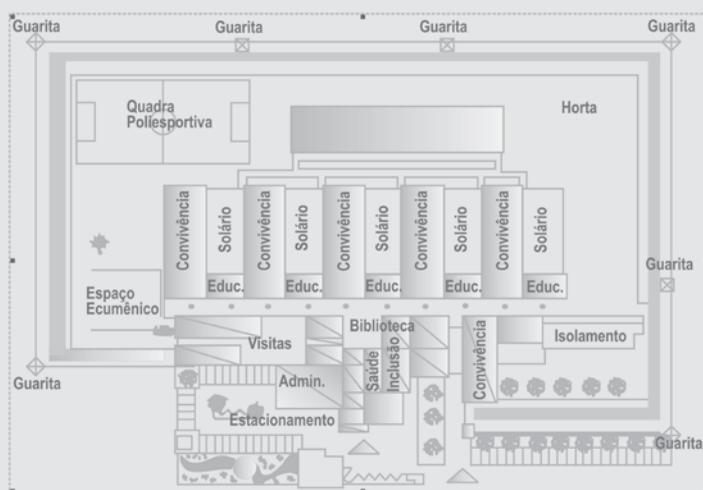
institucionais, considerando-se que é impossível estudar o indivíduo e o processo de construção de sua identidade sem levar em conta os contextos em que os comportamentos se dão.

“Retire o ambiente e você não tem mais o sujeito; retire o sujeito e você não tem mais o ambiente” (BALDWIN apud MEIRA, 2007).

O sujeito, portanto, se constrói a partir de um conjunto de processos, por meio dos quais as particularidades do indivíduo e, entre outros, as multideterminações espaciais passam a interagir, produzindo mudanças nas ações e características do indivíduo ao longo de sua vida.

Dessa forma, a constituição do indivíduo enquanto sujeito pode ser concebida ainda como o processo pelo qual o indivíduo se desenvolve, se torna gradualmente mais ativo e capaz de se en-

Figura 2  
Esquema de zoneamento de unidade penal pesquisada (macroecossistema)



Fonte: Cordeiro (2009).

volver em atividades funcionais e significativas para si mesmo, em estruturas ambientais com diferentes níveis de exigência e complexidade.

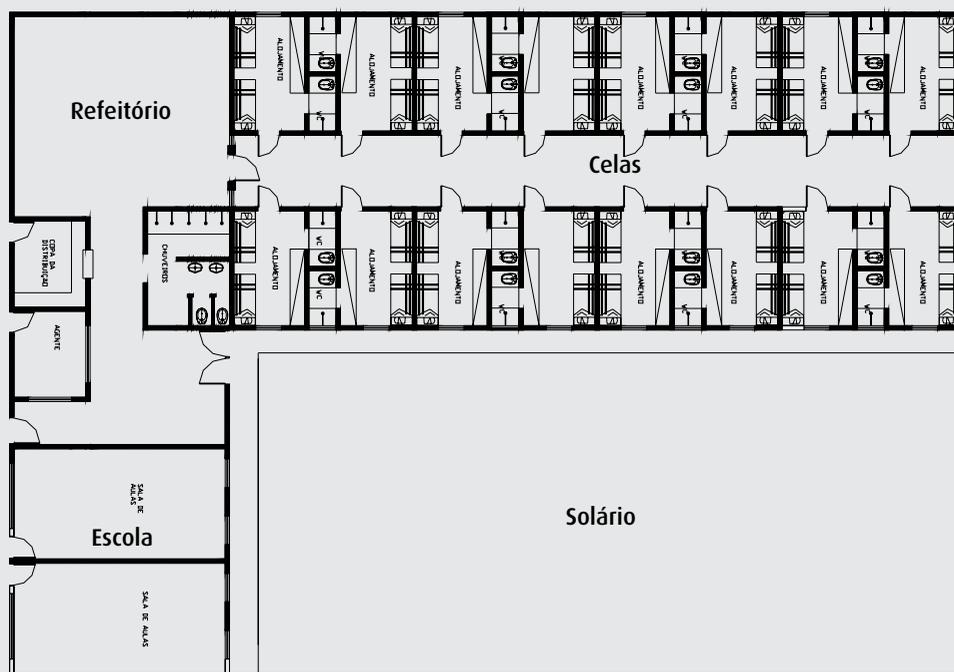
### O espaço penal como ecossistema

Procurando compreender o espaço penal, na sua composição por partes, entendendo o todo institucional, a instituição, por meio da formulação de políticas e marcos institucionais, representada pelo espaço geral da unidade pe-

nal, é aqui considerada um modelo reduzido de macroecossistema.

Apresentando o recorte de um módulo de convivência (Figura 3), verifica-se que as relações modulares, por meio de seus modelos de organização e participação, apresentam-se delimitadas espacialmente pelos espaços arquitetônicos, interconectando os microecossistemas (celas), aqui compondo o que consideramos mesoecossistema.

Figura 3  
Croqui divisões do módulo de convivência (mesoecossistema)



Fonte: Cordeiro (2009).

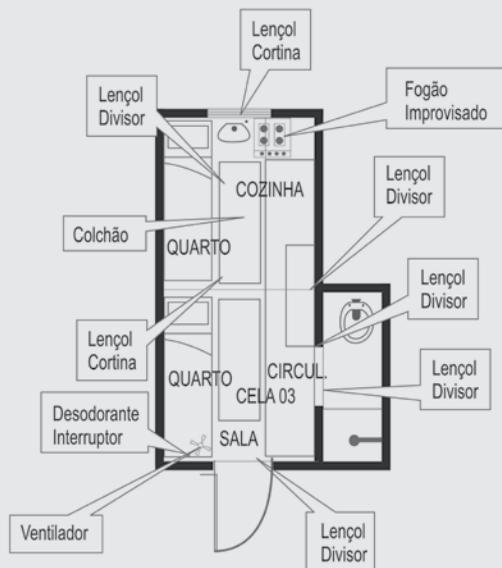
Finalmente, tem-se o microecossistema, ou seja, as relações sociais no campo privado delimitado pela cela, em seu papel transcendente de proteção, cuidado e satisfação das necessidades imediatas do indivíduo, em um nível mais interno se constituindo no ambiente imediato do desenvolvimento ou no *setting* que contém o indivíduo em determinados momentos de seu cotidiano.

Algumas condições são, aqui, consideradas facilitadoras para o estabelecimento e a manutenção das interações entre indivíduos. Entre estas se destacam os parceiros das relações, as características socioculturais e históricas do grupo, características organizacionais ou aspectos sociais do ambiente (como a presença do indivíduo mediador, por exemplo) e características do ambiente físico imediato do indivíduo, principalmente objetos disponíveis e a organização ou arranjo espacial.

Alguns aspectos merecem destaque nessa teoria. O primeiro seria que o indivíduo não é considerado uma tábua rasa na qual o meio provoca seu impacto, mas sim um indivíduo em transformação, em crescimento e dinâmico, que gradualmente atua e reestrutura o meio no qual está inserido. O segundo aspecto a ser considerado é o fator reciprocidade: o ambiente exerce influência direta sobre o indivíduo e o solicita a interagir, existindo uma acomodação mútua e bidirecional. O último ponto relevante para a teoria seria o fato da importância do ambiente para os processos envolvidos no desenvolvimento. Porém, deve-se ter claro que não apenas o ambiente próximo, único e imediato faz esse papel, mas também toda a influência externa oriunda de meios mais amplos poderá interferir no curso de vida do indivíduo.

Aqui, consideram-se os diferentes ambientes em função das suas espacializações, que de-

Figura 4  
Esquema de layout da cela ocupada  
2006



Fonte: Cordeiro (2009).

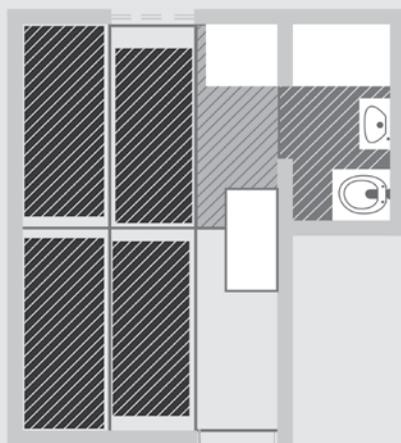
limitam as relações sociais. A partir desta perspectiva, é possível descrever como se dá a relação indivíduo-ambiente, tanto influenciando como sendo influenciado pelos contextos em que se insere.

Como se observa nas Figuras 5 e 6, o uso do mesmo espaço, o microsistema cela, é transformado de acordo com o evento emergente, o que altera também o mesossistema, já que, quando o indivíduo explica a cela, ao mesmo tempo ele explica como se organizam os que ficam fora dela. Está, portanto, demonstrado a inter-relação entre o microsistema e o mesossistema, onde qualquer modificação em

um desses subsistemas implica atualização do outro, e assim sucessivamente em relação aos demais subsistemas.

Esta organização depende da configuração contextual, conforme também está explicado: em dias de visita, os “solteiros” cedem seu lugar dentro da cela e re-constroem seu lugar fora dela, enquanto os “casados” ampliam seu território para acomodar as crianças; no contexto diário, o artefato cama é utilizado segundo as apropriações que ocorrerão em dias de visita, ou seja, os “casados” se apropriam dos artefatos fixos, enquanto os solteiros ocupam colchões, no chão. Em dias de não-visita, a cela apresenta

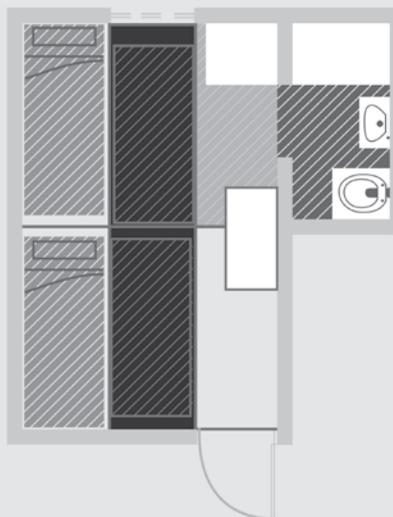
**Figura 5**  
Esquema de territorialidade da cela em dia sem visita



LEGENDA - ZONEAMENTO DA CELA NO DIA-A-DIA

- SETOR ÍNTIMO
- SETOR DE HIGIENE
- SETOR DE ALIMENTAÇÃO
- CIRCULAÇÃO

**Figura 6**  
Esquema de territorialidade da cela em dia de visita



LEGENDA - ZONEAMENTO DA CELA EM DIA DE VISITA

- SETOR ÍNTIMO
- SETOR DE HIGIENE
- SETOR DE ALIMENTAÇÃO
- SETOR SOCIAL
- CIRCULAÇÃO

uma nova configuração espacial, com distintas demarcações de territorialidade.

Para efeitos de organização do texto, enumeramos os artefatos, na tentativa de montar uma descrição detalhada de cada um, individualmente, mesmo assumindo que suas explicações implicam articulações com outros artefatos do mesmo subsistema ou de outros subsistemas mais abrangentes, contudo, esta forma pareceu ser a mais adequada.

#### *A porta*

Os componentes arquitetônicos porta e janela foram executados com grades de ferro,

vazadas, com o objetivo de aproveitar a ventilação e a iluminação naturais, já que, dentro das celas, a orientação da administração, quando da elaboração do projeto, era a proibição do uso de eletrodomésticos.

Sua localização em paredes opostas e dispostas uma de frente para a outra tinha, no planejamento, o objetivo de permitir uma maior velocidade da circulação de ventos, objetivando melhor conforto térmico no interior deste ambiente.

Observou-se, contudo, que a necessidade de privacidade era maior do que a de conforto térmico, porque ambas, porta e janela, eram

**Figura 7**  
**Cortina na entrada da cela**



Fonte: Cordeiro (2009).

**Figura 8**  
**Regra de entrada na cela escrita na parede: "Bata 3 vezes antes de entrar"**



Fonte: Cordeiro (2009).

vedadas com lençóis em todas as celas de todas as unidades, inclusive nas portas executadas de chapa, com visor superior, para manter a privacidade dos indivíduos dentro da cela.

Assim, quando a cortina está fechada, ninguém pode entrar na cela sem permissão. A regra é bater três vezes na parede, esperar que o indivíduo no interior da cela permita a entrada, afaste a cortina, e aí, pode-se entrar neste ambiente. Quando a cortina está levantada, todos podem entrar nas celas de todos, desde que tenham bom relacionamento uns com os outros.

#### *A parede*

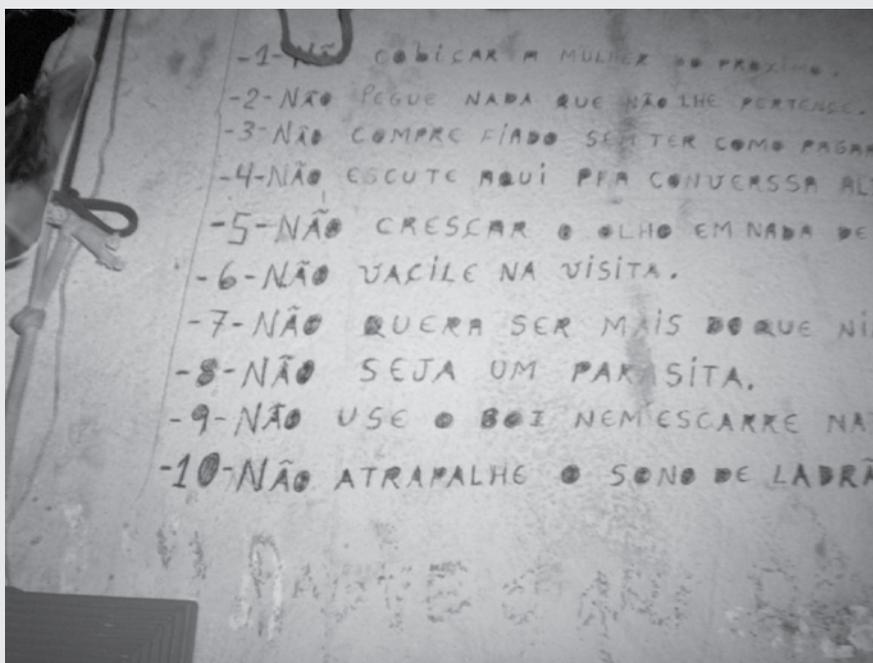
A parede é utilizada como limite entre as celas, sendo o componente arquitetônico

delimitador do que aqui consideramos micro-sistema. Contudo, observou-se que em todas as celas, as paredes se apresentavam repletas de figuras, fotos, desenhos, buracos, etc., sendo necessário descobrir os motivos que levaram àquela situação.

A partir dos diálogos, começamos a entender que as paredes eram utilizadas para informar regras (Figura 9), contatos, efetuar tipos de contagem (de tempo, de pessoas, de horas, etc.), fixar outros artefatos não previstos dentro da cela.

Nos mesossistemas, a parede também desempenha funções interessantes mais destinadas à coletividade, sendo utilizada sem-

**Figura 9**  
**Os dez mandamentos da prisão**



Fonte: Cordeiro (2009).

pre como base para algum tipo de expressão gráfica, quer seja uma homenagem, um aviso, informações, etc.

### *A cama*

A utilização do componente cama é negociada pelos indivíduos em todas as celas que apresentam ocupação de mais de uma pessoa.

Este artefato corresponde a um subsistema dentro do microssistema, que parece ser resultado da apropriação espacial, incluindo exemplos que evocam o conceito de territorialidade. Demarcação espacial, estratégias de conquista, signos de defesa e definições simbólicas da identidade individual parecem constituir o centro essencial desta seleção.

A apropriação territorial neste estudo refere a todas as ações que são orientadas por uma construção visual de definição de fronteiras territoriais reconhecidas como tais e pontuadas de um lugar particular.

A cama, enquanto artefato cultural, é utilizada para dormir, repousar sobre ela. No entanto, encontramos vários outros usos, como “cobertura” para o “come-quieto”, como apoio para objetos, sendo elemento de negociação por parte das relações entre indivíduos. Em alguns módulos, a cama é denominada “jegue”, fazendo uma alusão à montaria, porque alguns podem estar “montados” e outros não, em função de seu estado civil, conforme explicado anteriormente, ou por antiguidade ou hierarquia.<sup>1</sup>

Há uma negociação entre os ocupantes das celas, que se organizam em pares de acordo com sua situação conjugal: dois casados e dois

solteiros por cela. Os dois casados dormem nas camas, enquanto os solteiros dormem em colchões, no chão, deixando as camas superiores das beliches inutilizadas como artefatos “cama”, passando a desempenhar a função de “cobertura” que abriga o lugar delimitado pelos lençóis para o período de encontros íntimos. Essa organização se deve ao período de visitas, em que os casados ficam dentro das celas, com suas esposas, e os solteiros ficam fora das celas, no espaço modular.

Percebe-se, por parte dos sujeitos, a necessidade de modificar a cela de acordo com a demanda do seu morador, principalmente em função da dinâmica de ocupação e uso, em que a cela não é ocupada por apenas um indivíduo. Cada morador modifica seu espaço, permitindo a emergência de um novo espaço, o qual promove o surgimento de novas necessidades e, conseqüentemente, novas ações de apropriação.

### **Conclusão**

Não obstante a aparente linguagem funcionalista, que nos leva a considerar indivíduo e instituição como duas esferas distintas, podemos perceber como sujeitos e instituições se produzem mutuamente, numa implicação dialógica, segundo a qual as práticas institucionais produzem sujeitos por consequência, os quais são tomados como alvos de manutenção destas práticas ou se organizam em ações de resistência à ordem institucional, por meio do uso dos espaços e/ou componentes arquitetônicos que se configuram em elementos de negociação.

Encontra-se, assim, uma categorização subjacente à relação entre o sujeito encarcerado e

o espaço penitenciário, em função dos espaços generalizantes anteriormente descritos, onde se percebe que, ao mesmo tempo em que o espaço vai se tornando mais impositivo, o sujeito nele inserido o modifica, respondendo à sua imposição, donde se supõe que os limites determinados pelo espaço, ao mesmo tempo, oferecem uma gama de novas possibilidades que emergem da relação espaço-presos.

Responsivo às alternativas colocadas pela arquitetura, o sujeito o faz aceitando-as, delas discordando, modificando-as, retendo certos elementos nela existentes, transformando-os em novos elementos para os quais vai procurar novos significados.

Este processo irá orientar a ação do indivíduo, pois, sendo um ser que responde ao seu ambiente, o faz dando as respostas possíveis naquele momento em função dos limites e possibilidades que a realidade espacial lhe oferece. Esses novos elementos podem, no momento subsequente, se transformar em novas possibilidades, de tal modo que vão formando gradativamente os vários níveis de mediação que aprimoram e complexificam a atividade do homem, bem como enriquecem e transformam sua existência.

Estas articulações da teoria ecológica de Bronfenbrenner nos levam a buscar compreender como, então, se daria a relação do indivíduo com os componentes arquitetônicos, que, como dito anteriormente, funcionam, numa primeira visão, não apenas como delimitadores dos sistemas de relações entre os indivíduos, nos ambientes, mas também como reguladores dos sistemas de relações.

Não obstante esta delimitação espacial, observamos que estes subsistemas estão intimamente articulados e inter-relacionados, sofrendo interferências mútuas entre si que, por vezes, modificam os subsistemas, ampliando ou reduzindo-os. Consideramos que o desenvolvimento das ações ocorre no tempo e mediante um processo de transformação que resulta de complexas inter-relações estabelecidas entre o indivíduo e o ambiente sociocultural e espaço-temporal, processo este que também é orientado para o futuro. O importante dessa concepção integrada de passado-presente e futuro representa a abertura de um espaço-tempo para a indeterminação dos processos de desenvolvimento, em que a construção e a emergência do novo se torna possível (VALSINER, BRANCO, DANTAS, 1997).

Quando focalizamos o mundo subjetivo da pessoa, vemos este sendo construído e reconstruído constantemente a partir das relações dinâmicas e de contínua transformação que ela estabelece com o mundo externo e objetivo, culturalmente mediado. Destaca-se que o caráter ativo do sujeito na construção de seu próprio desenvolvimento, bem como a participação efetiva das sugestões sociais presentes nos mecanismos de canalização cultural, orienta os limites físicos e semióticos que atuam nos processos interativos entre o indivíduo e o contexto (VALSINER, 1998; VALSINER; COLS, 1997 apud PALMIERI, 2004), ainda que o indivíduo subverta estes mecanismos de canalização cultural, numa emergência de ações orquestrada por espaços e/ou componentes reguladores prescritivos que atualizam os anteriores, nas modificações simbólicas que ocorrem na emergência das ações e relações.

Observa-se, portanto, a função mediadora/reguladora do espaço nas relações com o indivíduo e entre os indivíduos que o ocupam, atravessadas pelo tempo.

Por essas definições, o ambiente não age em resposta à ação do homem, isoladamente, nem o

homem imprime ao espaço modificações isoladas. O espaço construído, enquanto síntese, funciona como regulador, uma vez que pretende ordenar as ações do sujeito, o qual, ao mesmo tempo em que tem suas ações reguladas, modifica o espaço, reorganizando-o, o que dispara uma variabilidade na ordenação das ações do próprio sujeito.

- 
1. *Percebeu-se que existem hierarquias de poder nas relações sociais dentro de cada subsistema, que ocupam espaços em função das territorialidades, mas este tema não faz parte do escopo do artigo aqui apresentado.*

## Referências bibliográficas

- BALDWIN, J. M. Personality-suggestion. **Psychological Review**, v. 1, n. 1, p. 274-279, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Social and ethical interpretations in mental development**. New York: MacMillan, 1987.
- BREDARIOL, A. C. P. **Suporte ambiental**: uma estratégia para educação infantil inclusiva. Tese (Doutorado). São Carlos, Ufscar, 2006. Disponível em: <[http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/id/6188063.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/6188063.html)>.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- \_\_\_\_\_. Developmental exology through space and time: a future perspective. In: GLEN, H. E.; KURT, L. P. S. M. **Examining lives in context**: perspectives on the ecology of human development. Washington: American Psychological Association, p. 619-647, 1995.
- \_\_\_\_\_. **The ecology of human development**: experiments by nature and design. Cambridge: Harvard University Press, 1979.
- BRONFENBRENNER, U.; STEPHEN, C. Nature-nurture reconceptualized. **Developmental Perspective – a Bioecological Model**, 101, v.4, p. 568-586, 1994.
- COLE, A. L. Teacher development partnership research: a focus on method and issues. **American Educational Research Journal**, p. 473-495, 1993.
- COLE, M. **Culture psychology**: a once and future discipline. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.
- CORDEIRO, S. **De perto e de dentro**: as relações entre o indivíduo preso e o espaço arquitetônico penitenciário a partir de lentes de aproximação. Maceió: Edufal, 2009.
- COUTINHO, E. **O espaço da arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**; a história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.
- GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. **Journal of Pragmatics**, n. 32, p. 1.489-1.522, 2000.
- \_\_\_\_\_. Time in action. **Current Anthropology**, 43, special issue "Repertoires of Timekeeping in Anthropology ed., p. 19-35, August-October 2002.
- \_\_\_\_\_. The semiotic body in its environment. In: COUPLAND, J.; RICHARD, G. (Eds.). **Discourses of the body**. New York: Palgrave/Macmillan, p. 19-24, 2003.
- \_\_\_\_\_. Visual analysis. An Etho methodological Approach. In: VAN LEEUWEN, C. J. T. **Handbook of visual analysis**. London: Sage Publications, p. 157-182, 2000.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora UnB, 1996.
- SILVA, D. F. da. Inserção epistemológica da teoria da complexidade nos estudos lingüísticos: sobre fragmentos e totalidades. **Calidoscópico**, v. 5, n. 3, p. 185-189, 2007.
- SPIRN, A. W. Projeto do ecossistema urbano. In: SPIRN, A. W. **O jardim de granito** – a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, p. 267-287, 1995.
- SVENSSON, F. **Arquitetura**: criação e necessidade. Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 1992.
- VALSINER, J. **Culture and human development**: an introduction. London: Sage, 2000.

\_\_\_\_\_.Forms of dialogical relations and semiotic autoregulation within the self. **Theory and Psychology**, p. 251-265, 2002.

VALSINER, J.; VAN DER VER, R. **The social mind**: construction of idea. Cambridge: Cambridge Um Press, 2000.

VALSINER, J.; BRANCO, A. U.; DANTAS, C. Co-construction of human development: heterogeneity within parental belief orientations. In: GRUSEC, J. E.; KUCZYNSKY, L. **Parenting and children's internalization of values**. New York: Wiley, p. 283-304, 1997.

# O espaço penal e o indivíduo-presos: dinâmicas do espaço habitado

Suzann Cordeiro

## Resumen

### El espacio penal y el individuo-presos: dinámicas del espacio habitado

Este artículo expone resumidamente una investigación académica realizada para la obtención del título de doctor en Psicología Cognitiva, que pretendió conjugar conceptos de la psicología con el análisis de la arquitectura carcelaria, aportando elementos que permitan conocer los fenómenos derivados de la relación hombre-espacio carcelario. Por medio del desarrollo de actividades, el hombre espacializa sus intenciones dándoles forma física y creando lugares significativos. Se pretende demostrar que las formas sociales, por medio de las espacializaciones, se relacionan con las formas físicas, creando lugares que, a su vez, influyen en las espacializaciones, pues las formas físicas expresadas por la arquitectura y las formas sociales expresadas por los eventos interactúan entre sí. De este modo, cada componente arquitectónico desempeña un papel singular en su articulación con otros elementos y con la vida de las personas para quien la arquitectura se ofrece como lenguaje e instrumento y, por lo tanto, cada edificación se revela como obra única en el sentido de las conexiones realizadas entre los individuos que la habitan y el medio-condición para su existencia como arquitectura.

**Palabras clave:** Arquitectura carcelaria. Espacio carcelario. Apropiación del lugar. Dinámicas del espacio habitado.

## Abstract

### Criminal space and the imprisoned person: the dynamics of inhabited spaces

This paper outlines a study that was conducted with a view to obtaining a PhD degree in cognitive psychology. This study attempted to bring together concepts from both psychology and prison architecture analysis in order to further our knowledge on the relationship between human beings and prison space. As people carry out activities, they spatialize their intentions by giving them a physical form and creating a significant place for them. This paper attempts to show that social forms interact with physical forms through spatializations, and places are created as a result. These places, in turn, influence other spatializations as the physical forms expressed in architecture and the social forms expressed in events interact. Thus every architectural component plays a unique role in its connection with both other elements and people's lives. Architecture is a language and an instrument, and therefore every building is a singular work when one considers the links between its dwellers and the environment. These links are the condition of its existence as a work of architecture.

**Keywords:** Prison architecture; Prison space; Appropriation of places; Inhabited Space Dynamics

**Data de recebimento:** 09/12/2010

**Data de aprovação:** 20/01/2011